



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 159

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 159

146ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Ato da Comissão Executiva 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 11

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 12

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 15

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 15

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 17

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 20

Discussão/Votação

Redação Final 21

3ª Discussão 22

2ª Discussão 22

1ª Discussão 23

Requerimentos 25

Encerramento da Sessão 27

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 27

Diretoria Geral

Portaria DAT 28

Atas de Comissões

Tomada de Contas 28

Constituição e Justiça 28

Publicações Administrativas

Balancete Financeiro

Novembro/07 36

DIÁRIO Nº 159

146ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 146ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

10 DE DEZEMBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Beti Pavin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Valdir Rossoni (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Caíto Quintana, Miltinho Pupio, Reni Pereira e Stephanes Júnior (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus, Luiz Accorsi, Ney Leprevost e Waldyr Pugliesi (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2ª SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Ofício nº 195/07

Curitiba, 10 de dezembro de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 10/12/07 - por estar ausente da capital do estado, em visita às minhas bases eleitorais no noroeste do estado, portanto, impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos naquela data.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Ato da Comissão Executiva

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO - o infausto passamento, ocorrido no dia de ontem, do piloto Rafael Sperafico, durante a prova de Stock Car, realizada no Autódromo de Interlagos, em São Paulo, acontecimento que enlutou toda a família paranaense.

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de esportista, do piloto Rafael Sperafico, membro de uma família toda dedicada

ao automobilismo nacional e que muito tem feito pelo nome do estado do Paraná,

R E S O L V E :

decretar Luto Oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do piloto Rafael Sperafico.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Indicações

INDICAÇÃO Nº 382/07

SÚMULA:

Propõe troca de muro do Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino no município de Fazenda Rio Grande.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Sr. Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A troca de muro do Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino, que já foi protocolado sob nº 8.577.669-0.

2) A solicitação justifica-se em virtude de que a construção do muro é de palitos, o que deixa os alunos como alvo de vândalos, arruaceiros e inclusive alvo fácil para traficantes.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 383/07

SÚMULA:

Propõe construção de cobertura da quadra esportiva no Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino no município de Fazenda Rio Grande.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Sr. Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de cobertura da quadra esportiva no Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino, que já foi protocolado sob nº 9.440.510-6.

2) A solicitação justifica-se em virtude de que o colégio não possui outro espaço para as aulas de educação física em caso de chuva ou até mesmo quando há sol muito forte, que faz com que os alunos estejam sujeitos a uma ensolação.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 384/07

SÚMULA:

Propõe a instituição de Gratificação de Localidade Especial à Policiais Cíveis que prestam serviços em municípios situados na área de fronteira com países limítrofes ao Paraná.

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, INDICA aos Exmos. Srs. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná; Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública; Maria Marta Lunardon, DD. Secretária de Estado da Administração e da Previdência; e Cel. Nemésio Xavier, DD. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, a instituição e implantação de Gratificação de Localidade Especial à policiais civis que prestam serviços em municípios situados na área de fronteira com países limítrofes ao estado do Paraná, correspondendo a 30% sobre os vencimentos dos servidores lotados em Foz do Iguaçu e 20% para os lotados nos demais municípios de fronteira.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem por objetivo proporcionar idênticas vantagens recebidas atualmente por policiais militares, através da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, a policiais civis que trabalham em áreas de fronteira, especialmente na região de Foz do Iguaçu.

As atividades policiais desenvolvidas em zonas de fronteira diferenciam-se das demais ações de Polícia, dadas as condições e proporções destas localidades e também, da complexidade que o envolvimento de outros órgãos públicos de fiscalização e controle trazem à atividade policial.

O trabalho diferenciado desenvolvido pelas Polícias nas zonas de fronteira é público e notório, e está demonstrado através de constantes divulgações das suas atividades, através do rádio, tv e jornais.

A gratificação de localidade especial de fronteira, justifica-se diante dos riscos maiores enfrentados por esses policiais que mais drogas apreendem, que mais veículos recuperam, que mais mandados de prisões cumprem, tanto no âmbito da Polícia Militar como da Polícia Civil.

Assim, o Decreto nº 4989, de 20/04/82 (cópia anexa), beneficia os policiais militares que atuam em áreas de fronteira, nas localidades constantes do anexo que faz parte do decreto.

Segundo ainda informações da Associação dos Funcionários e Amigos da 6ª SDP - Polícia Civil - de Foz do Iguaçu, o número de policiais civis que trabalham em área de fronteira é de menos de 5% em relação ao quadro de funcionários da instituição.

A garantia de uma gratificação pecuniária assegurada ao policial civil que atua em zona de fronteira, se constituirá em significativa e justa contribuição, resultando em ainda maior desempenho funcional, resultando em relevantes benefícios em prol da segurança pública e dos paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 385/07

SÚMULA:

Sugere a instituição da Semana Estadual de Prevenção a Doenças Sexualmente Transmissíveis, nas penitenciárias do estado.

Ao Exmo. Sr. Governador.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a instituição da Semana Estadual de Prevenção a Doenças Sexualmente Transmissíveis, nas penitenciárias do estado.

II - A apresentação da presente indicação, procurará oferecer testes de VDRL (sífilis) e anti-HIV (aids) em todas as unidades prisionais do estado, e programas de conscientização do grave problema das doenças sexualmente transmissíveis.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3663

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação até o próximo dia 11 de dezembro, da autorização dada por esta Casa de Leis, no último dia 03 de dezembro, para ausentar-se do país, com destino aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3665

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 10 do mês corrente, por motivo de viagem.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 3684

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, comunicar a ausência do Deputado Wal-dyr Pugliesi na Sessão de hoje, 10 de dezembro de 2007, por estar sendo agraciado na mesma data o título de Cidadão Honorário do município de Colorado - estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3644

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do General-de-Brigada Aldo Bonde, ocorrido no dia de ontem.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3651

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Szynek Jazinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3661

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 09 de dezembro de 2007, do Exmo. Sr. General-de-Brigada Aldo Bonde, Comandante da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada de Ponta Grossa.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, através do Comando da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, Praça Marechal Floriano Peixoto, 149 - Centro, CEP 84010-909, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3664

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do piloto de Stock Car Rafael Sperafico, falecido em Interlagos, em 09 de dezembro de 2007.

Rafael Sperafico, de 26 anos, natural de Toledo, morreu após acidente na sexta volta da última etapa da Stock Car Light, realizada no Autódromo de Interlagos, São Paulo.

Membro de uma família com “gasolina nas veias”, não foi difícil para Rafael enveredar para o caminho da velocidade. Ao todo, dez pilotos foram para as pistas com o sobrenome Sperafico nos últimos 30 anos.

Ele começou a acelerar na década de 90, nos campeonatos paranaenses de kart e, um pouco mais tarde, nas competições nacionais, quando passou a vislumbrar a possibilidade de correr em terras estrangeiras.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3667

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do General Aldo Bonde - Comandante da 5ª Brigada de Cavalaria Blindadas, ocorrido no último dia 08 de dezembro, deixando sua esposa Sra. Suely, 03 filhos e 01 neto.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Marechal Floriano Peixoto, 149 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3668

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Martins Januário.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à R. Sebastião Nascimento, 1031 - Vila Raquel - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3681

Senhor Presidente:

Os Deputados Duílio Genari e Elton Welter, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de profundo pesar pelo falecimento de Rafael Sperafico, ocorrido no dia 09 de dezembro de 2007, em trágico acidente no Autódromo de Interlagos, quando da etapa do Campeonato Brasileiro de Stock Car Light.

Os familiares e toda a comunidade do município de Toledo choram a perda de seu filho ilustre.

Rafael Sperafico, com apenas 27 anos, morre tragicamente e deixa igualmente o automobilismo brasileiro e internacional de luto.

Filho de tradicional família de Toledo, pioneira no município. A família Sperafico tem ao todo 10 pilotos que atuam no automobilismo, cuja história começou nos idos de 1973, com Dilso, tio de Rafael. Preferindo automobilismo, Rafael começou no kart. Em 2000 foi para os Estados Unidos disputar a Barber Dodge; em 2003 disputou o Campeonato Europeu de Fórmula 3.000 e no final da temporada decidiu abandonar as pistas para dedicar-se aos estudos. No ano passado retornou às pistas, quando disputou o Super Clio (vencendo a etapa de Campo Grande-MS), e este ano passou a competir na Stock Car Light, quando também venceu a etapa de Campo Grande. Tinha como objetivo ingressar no Stock Car V8 ou Fórmula Truck, cujos sonhos agora interrompidos com sua morte na pista de Interlagos.

Requerem ainda, seja oficiado à família enlutada, nas pessoas de seus pais, Itacir e Hosana Sperafico, com endereço à Rodovia PR-317 - km 1 - Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(aa) DUÍLIO GENARI
ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 3660

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Izidoro Antosizen e Tereza Antosizen, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3672

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Jussara, no próximo dia 08 deste mês de dezembro.

Jussara é administrada pelo Prefeito Aílton Vieira de Mattos possuindo mais de 6.500 habitantes e fica localizada na região administrativa da AMERIOS.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Jussara.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3673

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de São Jorge do Ivaí, no próximo dia 08 deste mês de dezembro.

São Jorge do Ivaí é administrada pelo Prefeito Milton Muzulon, possuindo mais de 8.700 habitantes e fica localizada na região administrativa da AMUSEP.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3674

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Santa Fé, no próximo dia 09 deste mês de dezembro.

Santa Fé é administrada pelo Prefeito Fernando Brambilla, possuindo mais de 9.000 habitantes e fica localizada na região administrativa da AMUSEP.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Santa Fé.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3675

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Colorado, no próximo dia 10 deste mês de dezembro.

Colorado é administrada pelo Prefeito Marcos José Consalter de Mello, possuindo mais de 22.200 habitantes e fica localizada na região administrativa da AMUSEP.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Colorado.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3676

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Jardim Olinda, no próximo dia 11 deste mês de dezembro.

Jardim Olinda é administrada pelo Prefeito Fernando Jorge Siroti, possuindo mais de 1.600 habitantes e fica localizada na região administrativa da AMUNPAR.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Jardim Olinda.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3677

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Paranaipoema, no próximo dia 11 deste mês de dezembro.

Paranaipoema é administrada pela Prefeita Neusa dos Santos de Carvalho, possuindo mais de 2.400 habitantes e fica localizada na região administrativa da AMUNPAR.

Na pessoa da Sra. Prefeita Municipal, cumprimentos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Paranaipoema.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3678

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Terra Boa, no próximo dia 11 deste mês de dezembro.

Terra Boa é administrada pela Prefeita Vera Lucia da Silva Zanatta, possuindo mais de 15.000 habitantes e fica localizada na região administrativa da COMCAM.

Na pessoa da Sra. Prefeita Municipal, cumprimentos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3679

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Santa Inês, no próximo dia 03 deste mês de dezembro.

Santa Inês é administrada pelo Prefeito Clodoaldo Alves de Oliveira, possuindo mais de 2.213 habitantes e fica localizada na região administrativa da AMUSEP.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Santa Inês.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3680

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações a todo povo londrinense pelos 73 anos do município de Londrina.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 3655

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a SICONTIBA - Sindicato dos Contabilistas de Curitiba, na pessoa de seu Presidente Narciso Doro Júnior.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Narciso Doro Junior, foi eleito o Dirigente Sindical do Ano/2006, prêmio entregue anualmente pela FECOPAR - Federação dos Contabilistas do Paraná, aos destaques do setor e também foi reconduzido ao comando do SICONTIBA por mais um triênio.

Foram muitas as iniciativas e realizações do Sindicato dos Contabilistas de Curitiba (SICONTIBA) nos últimos 03 anos: reforma da sede e inauguração do novo auditório; reivindicação do CNPJ on-line, proposta que tramita no Congresso Nacional; instalação da Sala do Contabilista, na Prefeitura de Curitiba; promoção de inúmeros cursos de atualização do profissional contábil, a exemplo do Simpósio do Terceiro Setor; implantação dos encontros "Café com Palestra", com a intenção de aproximar a classe contábil de Curitiba e região; protesto contra os precários serviços da Receita Federal e do INSS e ainda contra o curto prazo de enquadramento do Supersimples; assinatura de inúmeros convênios, como de serviços de saúde, e organização de jogos na sede campestre.

Essas e outras conquistas foram decisivas para que o contador Narciso Doro recebesse de seus colegas aval para conduzir o sindicato por mais 03 anos. Sua reeleição para a gestão 2008-2010 ocorreu dia 07 de novembro. A posse será no início de 2008.

REQUERIMENTO Nº 3656

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Conselho Federal de Contabilidade, na pessoa de seu Conselheiro-Professor Nelson Zafra.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Nelson Zafra, ex-Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e atual Conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade, foi eleito o Contabilista do Ano/2006, prêmio entregue anualmente pela FECOPAR - Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná, aos destaques do setor.

Nelson Zafra, natural de Paranavaí há 32 anos adotou Curitiba para morar e viver e, além de Conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade eleito para o quadriênio 2006/2009, é Professor de Pós Graduação em diversas universidades do país, palestrante de contabilidade desde Rondônia até os estados do sul, e em instituições de ensino como Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Tuiuti, FESP, FAE dentre outras.

REQUERIMENTO Nº 3657

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Escola de Educação Infantil Faz de Conta, na pessoa de sua Diretora Margaret Mehl Müller.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Margaret Mehl Müller, fundou a Escola Infantil Faz de Conta em 1970, portando há mais de 37 anos. E ano após ano vem consolidando sua marca na cidade de Curitiba, como uma das mais eficientes e atualizadas escolas de nossa Capital.

Com um corpo docente e funcionários altamente treinados dão às crianças de sua escola, todo carinho e atenção que necessitam, juntamente com a infra-estrutura proporcionada, preparam os pequenos para um futuro promissor, de caráter e cidadania desde seus primeiros anos de vida.

REQUERIMENTO Nº 3683

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor aos funcionários da REPAR, Refinaria Presidente Getúlio Vargas, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense durante o período em que exerceram suas atividades laborais, os quais, também fazem parte do livro "Contando Histórias", obra que marcou a comemoração dos 30 (trinta) anos da REPAR.

Solicito a especial gentileza em notificar, acerca dos votos em apreço, os Srs. Sérgio Luiz Michel, Maria Elisabete Yang, Ney Machado, Lorentino Api, Elizabeth Falkiewicz, Fernando Falkiewicz, Oswaldo Silva, bem como aos funcionários que completaram 30 (trinta) anos de serviço, são eles: João Antônio Gavlak, Amauri Leduc do Espírito Santo, André Kmiecik, Adão Cornelsen,

Edmur Almeida Martins, Édson José Bosch, José Carpeggiani, José Carlos dos Santos, Lindomar Casas, Lorival Antunes da Silva, Martin Goellner, Néelson Oliveira Santos, Rui Fernando Costacurta, Sidnei Pilatti e Valdomiro Cestaro, no endereço sito na Rodovia do Xisto, BR - 476, Km 16, Araucária/PR, CEP: 83700-970.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 3645

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Roncador.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3647

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3648

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Imbaú.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3649

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3650

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um veículo Kombi para a APAE do município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3659

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da R. Frederico Escorsin - bairro São Bráz, que pedem policiamento ostensivo na R. Independência, paralela a essa rua, e nas imediações. As ocorrências são muitas e dias atrás (domingo) foi baleado um rapaz no local. Pedem ainda, policiamento no ponto final do ônibus São Brás e em frente ao Colégio Olavo Del Claro, sendo que ocorrem constantemente brigas entre gangues. A situação é realmente muito crítica no bairro e o policiamento se faz necessário e urgente.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3685

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência que seja designada uma Delegada, para chefiar a Delegacia da Mulher do município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(aa) MARCELO RANGEL

FERNANDO CARLI FILHO

ARTAGÃO JUNIOR

REQUERIMENTO Nº 3666

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de pedido de informações, solicitando relatório com levantamento detalhado, por município, das escolas de ensino regular que pos-

suem transporte escolar, infra-estrutura e equipe multidisciplinar para receber alunos especiais.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 850/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Obriga os restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, ambulantes e similares a utilizarem e fornecerem guardanapos e canudos de plástico individualmente e hermeticamente embalados em todo o estado do Paraná.

Parágrafo Único. O material a ser empregado nas embalagens herméticas, deverá ser oxibiodegradável, obrigatoriamente.

Art. 2º O descumprimento ao disposto na presente lei sujeitará os infratores às seguintes penas:

a) 60 (sessenta) UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Paraná, na 1ª infração;

b) 120 (cento e vinte) UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Paraná, na reincidência;

c) 200 (duzentas) UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Paraná, suspensão do alvará de funcionamento e fechamento do estabelecimento até o cumprimento dos dispositivos legais, na 3ª infração.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em 90 (dias) após a sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É notório e sabido que as condições de manipulação de guardanapos e canudos plásticos que vão à mesa ou ao encontro dos consumidores estão suscetíveis a contaminações por manipulação, tanto humana quanto em exposição inapropriada.

Concomitantemente adequa-se a matéria no que tange ao respeito ambiental e, nada mais justo contemplar estas embalagens no espectro da biodegradação, haja vista se fosse usado material comum, a destinação das mesmas poderia agravar o ecossistema, sendo que usando embalagem oxibiodegradável, em pouco tempo a compostagem resultante da oxibiodegradação do material atingiria índices próximos a zero na escala da poluição ambiental, o que não seria possível com embalagens comuns.

Desta forma e pela relevância ambiental da matéria, solicito o apoio pleno dos nobres Pares desta egrégia Casa de Leis para esta normatização.

Normatizar é elaborar instrumentos legais aptos a se tornarem leis, decretos ou regulamentos, devidamente fundamentados na Constituição Federal e Estadual e documentos legais pertinentes, de forma objetiva e justa, assegurando direitos e estabelecendo deveres e responsabilidades entre as partes envolvidas.

PROJETO DE LEI Nº 851/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os centros comerciais, “shopping centers”, hipermercados e estabelecimentos comerciais que possuam área superior a 1 mil metros quadrados, de área de comercialização de produtos, no âmbito do estado do Paraná, ficam obrigados a fornecer, gratuitamente, carrinhos motorizados para pessoas com deficiência física, idosos e gestantes.

Art. 2º Os estabelecimentos previstos no artigo 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a partir da publicação desta lei, para fazerem aquisição e oferecerem, gratuitamente, o serviço de carrinhos motorizados às pessoas com deficiência física, idosos e gestantes.

Art. 3º Deverão ser afixados em local de grande visibilidade nas dependências, externa e interna, dos estabelecimentos mencionados no artigo 1º, placas indicativas dos postos de retirada dos carrinhos motorizados.

Art. 4º A não observância desta lei sujeitará os infratores à multa pecuniária de 50 (cinquenta) UPF/PR, que será aplicada em dobro em cada reincidência.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 ampliou a dimensão dos direitos e garantias fundamentais, incluindo, não apenas os direitos civis e políticos, mas também os direitos sociais, garantindo como direitos humanos fundamentais, ir, vir, ficar, permanecer, estacionar, ter acesso a todos os bens e serviços, incluídos os espaços urbanos, sendo o direito à acessibilidade condição para que todas as pessoas possam usufruir direitos fundamentais enquanto cidadãos.

Foi adotada, também, por esta Carta Magna, o princípio da prevalência dos direitos humanos como o princípio básico a reger o estado brasileiro em suas relações internacionais. Os direitos humanos são aqueles em que o homem possui por sua própria natureza humana e

pela dignidade que lhe é inerente, não resultando de uma concessão da sociedade política, mas sim, de um dever da mesma, a serem garantidos e consagrados.

Em meio a todo este contexto, a constitucionalização dos direitos das pessoas com deficiência iniciou-se, de forma explícita, com a Emenda Constitucional nº 012, de 1978, que em um único artigo dispôs que *seria assegurada a melhoria da condição social e econômica dos deficientes, especialmente, mediante educação gratuita, assistência, reabilitação e reinserção na vida social do país, proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou serviço público e salários, além da possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos*. (grifei)

Com relação aos idosos, cabe-nos fazer menção ao artigo 230, da Constituição Federal que, em si, já era suficiente para garantir a proteção do idoso, porque assegura a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

No entanto, mesmo existindo a garantia constitucional referente aos direitos dos idosos, os mesmos continuam sendo desrespeitados, o que tornou necessária a elaboração de outras leis que viessem efetivar tais direitos, como a Lei nº 8842, de 1994 e posteriormente, a Lei nº 10741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, um instrumento de fundamental importância que ampliou os direitos dos cidadãos com idade acima de 60 anos.

Desta forma, verificamos ser imprescindível a adoção de medidas referentes ao respeito à acessibilidade de idosos e pessoas com deficiência física, visando assegurar a sua liberdade de locomoção, em busca de uma maior inclusão social baseada na aceitação das diferenças individuais, na valorização de cada pessoa e na convivência dentro da diversidade humana, ainda mais porque, há um aumento progressivo da preocupação com esta questão.

Esta preocupação também é estendida às gestantes que, pela condição em que se encontram, muitas vezes têm dificuldades em se locomover, sendo imprescindível que sejam colocados à disposição delas meios capazes de assegurar um dos direitos fundamentais de qualquer cidadão, a locomoção.

Diante do ora relatado, constatamos que esta parcela da sociedade merece muita atenção e respeito, motivo pelo qual pretendemos dar a nossa contribuição com a apresentação desta proposição, a qual tem por objetivo facilitar o acesso e permanência das mesmas nos centros comerciais, shopping centers, hiper e demais estabelecimentos, pois, embora a nossa Constituição Federal esteja norteadada pelo princípio de que o direito ao livre acesso ao meio físico e de livre locomoção é parte indissociável dos Direitos Humanos, falta, ainda, a visão de obrigatoriedade. (grifei)

Por fim, ressalta-se a constitucionalidade do presente documento, que encontra respaldo legal nos artigos 1º, incisos II e III; 3º, inciso IV; 23, inciso II; 24, inciso XIV e 230, todos da Constituição Federal.

É nesse sentido que, verificado o pleno atendimento do projeto de lei aos ditames legais e constitucionais a ele atinentes, solicito o acompanhamento dos nobres colegas para a apreciação e aprovação da presente proposta legislativa nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 852/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Jordão, com sede e foro no município de Foz do Jordão/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Jordão, mantenedora da Escola de Educação Especial Ser e Aprender, se destina ao ensino fundamental e assistência a saúde / clínica especializada. Desde a sua formação através de assembléia realizada no dia 02 de abril de 2005, vem promovendo a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania. Por entendermos que a APAE de Foz do Jordão presta um relevante serviço a população de seu município, e que preenche todos os pré-requisitos para ser declarada de utilidade pública pedimos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 853/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultura Interativa - ACI, com sede e foro na cidade e comarca de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultura Interativa - ACI, foi fundada em 15 de maio de 2001, em Londrina, sendo uma sociedade civil, sem fins lucrativos e rege-se pelos seus estatutos e pelos dispositivos legais e regulamentares, sendo registrada no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Londrina.

A ACI é pessoa jurídica de direito privado, sendo uma instituição de apoio ao desenvolvimento e fomento

Cultural, Educacional, Social, Ambiental, Esportivo e Turístico.

Não tem caráter político, religioso, racial e sem fins lucrativos, não sendo permitida a remuneração de seus dirigentes na execução das atividades pertinentes aos seus cargos na entidade.

Ela tem por objetivo somar esforços em favor da preservação e constante aperfeiçoamento do ser humano em todos os segmentos da área do conhecimento, como forma de difundir tradições culturais, sociais, esportivas, ambientais, educacionais e turísticas, de forma a democratizar o acesso a bens culturais e históricos a todos os segmentos da sociedade, executando projetos em municípios e estados da união.

A ACI é declarada de utilidade pública municipal de Londrina, através da Lei nº 9191, de 6 e outubro de 2003, tendo anexada neste projeto de lei, toda a documentação exigida pela Lei nº 6994 que dispõe sobre as normas para Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Civis, associações e fundações constituídas no estado do Paraná.

Dentro dessas razões peço o apoio dos demais Pares desta Casa para a sua aprovação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, neste dia de hoje nós paranaenses estamos de luto, perdemos um corredor de carro da família Sperafigo, o Rafael Sperafigo. Família tradicional do oeste do Paraná, da cidade de Toledo. Sentimos a perda desse jovem que defendia os interesses do estado no automobilismo e tragicamente faleceu no dia de ontem, no autódromo de Jacarepaguá. Essa Casa poderia mandar uma mensagem à família enlutada, fazer aquilo que é parte formal desta Casa, haja vista que esse jovem que corria pelas pistas do Brasil representava muito bem o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Casa se associa a V. Exa., Deputado Elton Welter, também ao Deputado Duílio Genari, enfim a todos Deputados, as condolências à família Sperafigo. Um registro desse trágico acidente que ceifou a vida de um jovem que no automobilismo representava o nosso estado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Anibelli, que por deferência me faz presidir a Sessão de hoje para que V. Exa. possa falar daquilo que V. Exa. determi-

nou que a Casa faça para registrar esse infeliz acidente e prestar a nossa homenagem póstuma à família Sperafico.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Aguardava a chegada do Deputado Duílio Genari, já que o Deputado Elton representa o município de Toledo. Para que a Assembléia prestasse uma homenagem mandei redigir um ato decretando luto oficial através deste Legislativo para que a Assembléia conforte essa família de uma desgraça em uma época de final de ano. A coisa mais horrível que pode acontecer para uma família é o caso da perda lastimável desse jovem que representava o Paraná em competições nacionais e internacionais. Assim que esse decreto chegar, iremos assiná-lo junto com o 1º Secretário e a 2ª Secretária. É uma maneira humilde e simples de homenagearmos uma família tão tradicional e de tanto esforço que tem feito. Quando vemos jovens desviados da conduta, desviados para a droga, víamos um jovem esportista levando o bom nome do Paraná a nível nacional.

Era essa a manifestação. Agradeço V. Exa.

Antes da Ordem do Dia assinaremos esse decreto.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero me associar ao Deputado Anibelli, às suas palavras, aqui. Foi muito feliz ao fazer este manifesto em nome da Casa. E eu, por ironia do destino, tenho algum distante parentesco com essa família. A mãe de um desses meninos vem a ser minha prima, por ocasião de que minha avó era irmã da mãe, de Dona Sônia, filha da irmã de minha avó. São gaúchos, lá de Porto Alegre. Minha avó era irmã de Dona Margarida, que é mãe de Dona Sônia, que é da família Sperafico.

Então, ficam aqui nossos sentimentos, até porque é uma família que orgulhou muito o estado do Paraná e vai continuar nas corridas, no automobilismo e merece este registro, muito bem feito pelo Deputado Antonio Anibelli.

Parabéns, Presidente em exercício, por tomar esta medida imediata. É o que nos resta, além do conforto de homenagear aquelas ilustres pessoas que nos orgulham. Precisamos, pelo menos, lembrar das pessoas que orgulham este estado do Paraná.

Quero fazer este registro, também, de solidariedade neste momento, de conforto à família Sperafico, e torcendo que eles possam passar por este momento de provação na vida, que estão passando, mas que é o sentimento de quem participa do automobilismo, sempre

está correndo o risco. É pelo que eles são apaixonados por fazer. São apaixonados por isto e sabem o que isto representa.

Fica aqui nossa homenagem a esta família tão importante, de Toledo e do oeste do Paraná.

Sr. Presidente, queria aqui registrar mais uma vez, estivemos agora ali na TV Assembléia, TV Sinal, a nossa televisão, que é importante porque na semana que vem já estará no ar ...

A Sra. Cida Borghetti (PP) (Aparte)

Deputado, apenas também para me somar ao pronunciamento do nosso Presidente, Deputado Anibelli, em exercício, mas Vice-Presidente, me somar em nome do Partido Progressista do estado do Paraná, também dos Deputados Federais, à família Sperafico, a Sônia - pessoa que você acaba de citar da tribuna - minha grande amiga; a Gabriela, sua filha, foi criada com minha filha, Maria Vitória, o Rafael também. E ontem foi um dia muito triste para o Paraná, para o Brasil, ao ver o Rafael perder sua vida. Minutos antes a família Sperafico e o Brasil comemoravam a vitória de um dos irmãos, dos gêmeos Sperafico e logo em seguida esta triste história. Se aproximando, agora, do Natal e a família vive este luto, nesta tarde, na cidade de Toledo. O Paraná também.

Então, em nome de toda a Bancada do PP, do Paraná, queremos nos somar as suas palavras e às palavras do nosso Deputado Anibelli.

Muito obrigada.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

O povo quer saber e, V. Exa. vai me explicar. O Tribunal de Contas, este problema, de grande número de funcionários que teve o salário elevado às alturas. E agora o Tribunal vai corrigir isso, porque foi condenado pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, mandando um projeto de lei para esta Casa para acertar o que está errado. Deixar certo o que está errado.

Então, o povo quer saber de V. Exa. e os Prefeitos e ex-Prefeitos que tiveram as contas rejeitadas? Também vão ter oportunidade de um novo prazo para corrigir estas contas?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Belinati, V. Exa. acaba de falar um dos assuntos mais importantes, neste momento, para o Paraná. O Tribunal de Contas, que julga os Prefeitos, julga os Prefeitos do interior com muita vontade e quando é para julgar as contas do Governo do Estado, ele pode às vezes dar alguma ressalva. Mas, é coisinha pequena, para Prefeito da capital todas as contas são aprovadas com ressalva, mas quando pega um Prefeito do interior ele não perdoa, ele judia. V. Exa. coloca muito bem: como vai ficar agora a situação daqueles cargos ilegais que havia no Tribunal de Contas? Vai mandar uma lei para esta Casa e nós vamos apenas corrigir! E o passado? O passado é ajuste de conduta.

Deputado Belinati, V. Exa. já deveria saber. Homem experiente que é, tantas vezes Prefeito de Londrina, quando eu estava nascendo, V. Exa. já estava nesta Casa, V. Exa. deveria saber que para os Prefeitos do interior chama-se improbidade administrativa e para o Governador e membros dos Tribunais, chama-se ajuste de conduta. V. Exa. deveria saber disso! Para o interior, para os Prefeitos, para os pequenos é improbidade administrativa, ação cível pública ou criminal e para o Prefeito de Curitiba, o Governador, Tribunal de Justiça e Ministério Público, aí se chama ajuste de conduta. Simplesmente, ajusta-se a conduta e o que está para trás, passa-se um corretivo e está tudo resolvido.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Mas vai ou não vai dar prazo para os Prefeitos e ex-Prefeitos de acertar a sua situação ou não?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Acho que caberia aos Prefeitos do Paraná inteiro fazer uma emenda, que foi a sugestão agora do Deputado Artagão. Olha aqui a sugestão do Deputado Artagão: vamos fazer uma emenda. Bom, Deputado Artagão! Vamos fazer uma emenda para que essa mesma lei tenha valor para os Prefeitos do Paraná, tenha valor para as outras instituições. O que for dado ao Tribunal de Contas, será dado aos Prefeitos do interior. Porque se o ajuste de conduta pode ser dado a eles, então tem que ser dado também aos Prefeitos. Vou dar um exemplo, aqui, muito correto: tive as minhas contas reprovadas no Tribunal de Contas porque faltou zero e pouquinho para terminar os 25% da educação. Mas, sabe por que não deu os 25%? Porque eles glosaram os restos a pagar naquele período em que entrou a Lei de Responsabilidade Fiscal, e de todo mundo o Tribunal de Contas aceitou os restos a pagar, inclusive do Governo do Estado, do Governo Requião. Restos a pagar é recebido e para os Prefeitos não é recebido.

Então, tive as minhas contas rejeitadas por não cumprir um pedacinho, zero e qualquer coisa dos 25%. Isso porque eles glosaram. E vou dar mais um exemplo: uma lei na Câmara Municipal de Ponta Grossa determinava que o Prefeito deveria pagar o transporte do aluno carente, do aluno que mora a mais de 1.000 metros da escola, o vale-transporte. Fiz como todos os Prefeitos, paguei como determina a lei, tem lei municipal aprovada pela Câmara, e eles glosaram essa conta dizendo que não poderia fazer parte da educação.

Então, acho que caiu do céu essa emenda do nosso tão experiente e Presidente da Comissão de Fiscalização, Deputado Artagão Júnior. Vamos fazer uma emenda que tenham o mesmo direito os Prefeitos do estado do Paraná. Essa é a palavra. Peço aos Deputados que nos ajudem e desde já vou propor a emenda: tudo o que for concedido ao Tribunal de Contas haverá de ser concedido, na forma da lei, também no mesmo entendimento, para os Prefeitos do interior do Paraná. Vou falar agora com o Presi-

dente da MP, Prefeito de Castro, Moacir Fadel, pedindo o apoio da MP para que tudo o que o Tribunal de Contas ganhe nesse ajuste de conduta, sirva também de ajuste de conduta para os Prefeitos do interior. Acho que não poderia ser melhor essa sua colocação, Deputado Belinati, porque V. Exa. cobrou o escanteio, o Deputado Artagão matou no peito e jogou, e eu fiz o gol de cabeça. Acho que fica bem esse linguajar esportivo: o senhor cobrou escanteio, Deputado Artagão matou no peito, jogou para mim, eu fiz o gol de cabeça propondo essa emenda. A emenda que, se fizer ao Tribunal de Contas, se fará aos Prefeitos do Paraná também. Vou fazer essa emenda. Peço apoio aos senhores. Tudo o que tiver direito o Tribunal de Contas, é como o Tribunal de Justiça aqui, sabe como é que é aqui, Deputado Belinati?

Fizeram aquela construção aqui ao lado, que ninguém quer falar, o anexo aqui, que estão caindo as pastilhas. Se subir lá em cima da Assembléia você vê que estão caindo as pastilhas do Tribunal de Justiça. Qualquer um, mesmo que não seja engenheiro pode olhar, estão caindo as pastilhas! Isso é obra mal feita. Então, fizeram a obra e nomearam comissão da universidade, o Tribunal de Contas disse que estava errado, o Ministério Público. E agora chegaram a uma conclusão, olha a que conclusão o Judiciário paranaense chegou: não teve superfaturamento Deputado Mamede, não teve superfaturamento, houve um excesso de gastos em luxo, li isso no jornal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, li isso no jornal. A conclusão dos homens é que não teve superfaturamento não, foi uma obra muito luxuosa. Então, não houve superfaturamento, e isso está nos jornais. Então, Deputado Belinati, quero cumprimentar V. Exa., e peço aos Deputados, vamos criar aqui a bancada dos ex-Prefeitos, quantos ex-Prefeitos têm aqui? Deve ter uns 10 ou 12, não tem? Deve ter uns 10 ou 12, e podemos propor essa emenda, o mesmo direito que tiver o Tribunal de Contas vão ter os Prefeitos, num entendimento, ninguém está querendo nada de errado. Só quer que o mesmo entendimento que o Tribunal tenha para com as suas contas ele tenha também para as contas dos Prefeitos do interior. É o mesmo direito. Então, vou propor a emenda. V. Exa. fez muito bem, Deputado Artagão, entoou o hino aqui que nos fez pensar nisso, e vamos propor, Deputado Cartário, V. Exa. que já foi Prefeito também, V. Exa. vai nos ajudar, vamos fazer uma emenda, tudo o que o Tribunal de Contas der de direito a si próprio, conceder a si próprio no chamado ajuste de conduta, necessariamente terá que dar aos Srs. Prefeitos do Paraná; até porque vou dar outro dado aqui, esta Casa, Pastor Edson, criou algo chamado Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e na lei orgânica, não sei qual é o artigo, mas está escrito lá, que quando um tem o direito o outro também tem o mesmo direito.

Então, vamos fazer essa emenda baseada na lei orgânica aprovada por esta Casa e que está ali no Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Vamos aprovar, sim, o ajuste de conduta, mas vamos exigir que esse mesmo

ajuste de conduta seja concedido aos Srs. Prefeitos do interior do Paraná, porque eles também têm o mesmo direito.

Então, queria deixar aqui este pedido, e tenho certeza que esta Casa haverá de aprovar essa emenda. Quando é que vem para cá? Já sabem quando é que vem o projeto para cá? Vindo o projeto, vou propor a emenda imediatamente.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, V. Exa. quando se refere ao Tribunal de Contas, quero também me manifestar, não acompanhando o seu raciocínio, visto que os Conselheiros do Tribunal de Contas se submetem a uma legislação, a uma lei; e a lei não pode ser invertida. Essa lei que eles são obrigados a cumprir tem a parte técnica do Tribunal de Contas. Os Conselheiros do Tribunal de Contas são da mesma origem que V. Exa. é e eu também. O Tribunal de Contas é comandado por pessoas que saíram do voto do povo, Jocelito, são pessoas identificadas tão bem com a população, como nós o somos. Por exemplo, Nestor Baptista, radialista, um excelente radialista de Ponta Grossa, como V. Exa. o é.

Eu, como Prefeito, tive a honra de apoiá-lo na sua reeleição, a pedido do então Governador Álvaro Dias. Veja por exemplo, outros Conselheiros: Hermas Brandão, que também foi Diretor de rádio em Andirá e hoje enaltece a Assembléia com a sua presença no Tribunal de Contas do Estado. E assim podemos falar praticamente de todos os Conselheiros. Por exemplo, Heinz, grande tocador de obras do Paraná, um excelente Deputado que aqui foi.

Tenho que concordar com V. Exa.: aquela intervenção que houve no Tribunal de Contas do município de Matinhos, alijando da Prefeitura o Seda. Queria dizer que partiu do Governador Roberto Requião, não deixando dúvidas no seu pedido, porque se tratava de integrante do PMDB que era o Prefeito de Matinhos.

Aqui na Assembléia Legislativa, certamente com a presença de V. Exa. salvo engano, a Assembléia praticamente por unanimidade aceitou intervenção em Matinhos, numa diferença do não aplicado no setor educacional muito inferior, apenas coisas de centavos, perto do Cássio Taniguchi que faltou realmente com recursos a serem aplicados no setor de educação, e no entanto, o Tribunal de Contas não agiu talvez igual ao Prefeito de Curitiba, porque não houve o pedido do Governador do Estado.

Obrigado pelo aparte.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Cartário. V. Exa. é um profundo conhecedor do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas aprova o que quer, na hora que quer. Quando quiser, aprova; quando não quiser, não aprova.

Os técnicos às vezes dão parecer para aprovar, eles vão lá e rejeitam. E às vezes é o contrário, eles fazem o contrário. Os técnicos são perfeitos, mas chega na parte política, a coisa acaba mudando. O Tribunal de Contas tem cometido muitos erros e não se sabe porquê, qual é o motivo de tantos erros. Para um é A, para outro é B, de acordo com a cabeça de cada um. Coisas iguais, mesmo produto, que é a administração pública.

Quero colocar aqui que concordo plenamente com essa idéia, Deputado Belinati. Vamos fazer uma emenda que tudo que for aprovado que der qualquer problema no Tribunal e que favoreça o Tribunal, haverá de dar também o mesmo direito aos Prefeitos do Paraná. Não é justo que só os Prefeitos do interior paguem, enquanto o Prefeito da capital e o Governador tenham suas contas aprovadas ou indicação prévia de aprovação, chegando nesta Casa e sendo aprovada por unanimidade.

Quero fazer essa colocação e em cima desse tema aqui, pelo Deputado Antonio Belinati, no momento em que vier esse projeto de anistia dos cargos, faremos aqui uma emenda, para que tenham o mesmo direito os Prefeitos do interior do Paraná. Todas as entidades que tenham tido o mesmo problema haverão de ser respeitadas pela Lei Orgânica desta Casa que diz que quando um tem direito o outro também tem. Nesse sentido que eu queria fazer minha colocação e não tenha dúvida, Srs. Deputados, que este momento é muito importante para o Tribunal de Justiça do Paraná.

Acho que vai dar certo e nós vamos aprovar esta emenda, que é de fundamental importância para o bem-estar da vida pública no Paraná. Este Paraná que está cheio de confusão. Tem confusão no Ministério Público; tem confusão no Tribunal de Justiça; tem confusão por todo lado, mas aí, divulga-se mais uma confusão e menos as outras - aquilo que se prefere - e tudo vai indo do jeito que dá. Tem confusão para tudo quanto é lado, não é? Enfim, estamos vivendo um momento histórico no estado do Paraná que, aos poucos, vão aparecendo e muitos vão se surpreendendo.

O SR. DR. BATISTA (PMN)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Prefeito de Sarandi, grande amigo Cido Spada, que se faz presente nesta Casa e está nos visitando. Quero agradecer pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado. Seja bem-vindo a nossa Sessão!

Horário das Lideranças:

No Horário das Lideranças, PDT.

(Declina)

Bloco PSB/PR/PRB/PV. Com a palavra o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Subo a esta tribuna mais para fazer um registro acerca de uma experiência vivida por este Parlamentar, há alguns dias - acredito que aproximadamente umas duas semanas e meia - tive o prazer de visitar a CELEPAR Informática do Paraná e aqui estou fazendo o registro, independentemente de ser ou não, fazer ou não parte da base de sustentação ao Governo.

V. Exas. sabem que sou um defensor da utilização do software livre no estado do Paraná - a exemplo de outros estados do nosso país - abraçou essa bandeira e entendeu quão grandes são as vantagens da utilização do software livre preferencialmente em relação ao software propriedade, mas o registro que faço especificamente é, sobretudo, que a CELEPAR tem feito como experimento na adoção do VoIP, da voz sobre o IP, que é uma tecnologia que tende mundialmente a substituir a telefonia tradicional.

Fui convidado pelos membros da CELEPAR, inclusive pelo Dr. Nizan Pereira, que é Secretário de Assuntos Estratégicos, para conhecer tudo que eles têm desenvolvido no que diz respeito a soluções com base no software livre e, especificamente, na substituição da telefonia tradicional no nosso estado pela tecnologia via IP, via VoIP. O IP, é um número que cada computador é identificado na rede mundial de computadores. Essa tecnologia nada mais é do que a possibilidade de se transmitir voz através desse protocolo, fazendo com que os custos com a telefonia tradicional sejam jogados lá embaixo. Essa economia é muito significativa para o estado e, mais uma vez, eu ressalto que o estado, economizando com a adoção dessa tecnologia, pode aplicar os recursos naquilo que é prioritário: educação, segurança, saúde, etc.

Visitei a CELEPAR e fiquei surpreso com tudo que eles estão fazendo no que diz respeito ao uso do software livre, especificamente um software chamado Asterisk. Em breve, mais uma vez, seremos pioneiros por tornarmos referência para todo país e para toda a América Latina na utilização de uma solução tecnológica que, em muito, será mais viável para o estado. Então, queria fazer esse registro parabenizando os esforços de toda CELEPAR, de todos os profissionais que ali estão - não daria tempo de nominá-los. Penso que é uma coisa positiva que está sendo feita e que deve ser alardeada e registrada.

Aproveitar o ensejo ainda falando da CELEPAR. Uma das minhas idéias, logo no primeiro mandato quando cheguei a esta Casa, era motivar o estado do Paraná a utilizar toda a sua infra-estrutura tecnológica para a criação de uma distribuição Linux, específica do

Paraná. Eis que esse sonho ou desejo, compartilhei com várias pessoas da área tecnológica. Para minha maior surpresa, agora, recentemente, é anunciado na mídia direcionada à tecnologia de informática, que o estado do Paraná está por finalizar uma distribuição própria de Linux, de software livre, do sistema operacional Linux, o que em muito mais fará com que o Paraná saia à frente, tecnologicamente, muito se economize com licenças de softwares, de programas de computação nos órgãos públicos e também nas autarquias. Eu não poderia, sendo um defensor e uma pessoa que procura cada vez mais se aprofundar no assunto, deixar passar esse momento no qual quem sai ganhando não é a Oposição ou a Situação, não é este Poder específico, não é este Governo que aí está, mas toda a sociedade, todo o cidadão, todo o estado do Paraná.

Fica aqui o registro do meu voto de louvor ao trabalho de todos os membros da CELEPAR, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento da substituição da telefonia tradicional por esta tecnologia e também da criação de uma distribuição de software livre, de uma distribuição Linux, específica do estado do Paraná.

Agradeço a atenção dos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigada a V. Exa.

Bloco PPS/PMN.

(Declina)

Democratas. Com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uma novela extensa estamos vivenciando no nosso estado do Paraná. E pior, com a empresa de energia elétrica, que no passado foi modelo para todos os estados da nossa federação, foi orgulho para nós paranaenses, pela sua história e pela forma como os investimentos nessa empresa aconteciam, na área de geração de energia.

O tempo se passou, o Governador Roberto Requião assumiu o Governo e acabou utilizando o diamante da coroa, que é a COPEL, como instrumento para tentar satisfazer e resolver as suas brigas políticas, começando com ela, há pouco tempo atrás, vendo o Governo do Estado do Paraná utilizando a COPEL para comprar aquela famosa usina, a UEG de Araucária. Segundo todos aqueles que participavam do grupo do Roberto Requião, diziam que era uma bomba armada e no momento em que ligassem o botão da UEG - deixar claro que foi construída no Governo e pelo Governador Jaime Lerner - ela iria explodir.

O que aconteceu? O Governo do Estado brigou na Justiça e perdeu. Teria que pagar uma indenização, poderíamos dizer bilionária, repito, bilionária. Acabou utilizando

os recursos da COPEL para comprar essa famosa UEG. O que vimos? Vimos o Governador do Estado utilizando o diamante da coroa do Governo do Paraná para entrar em uma linha que não é o papel da COPEL, para fazer com que ela fosse utilizada para participar de concessão de rodovias. O Governador entrou com a COPEL e pasmem, mesmo com a COPEL sendo pública ele perdeu a licitação da concessão dessas rodovias para a iniciativa privada. Quer dizer, o Requião queria cobrar pedágio mais caro do que os empresários irão cobrar no Brasil, nesse trecho. E agora, por último, estamos vendo o Governador tentar satisfazer mais uma briga sua, mais um discurso de campanha tentando fazer com que a COPEL utilize os recursos, repito: o diamante da coroa é a COPEL.

A melhor empresa do estado do Paraná utilizar os seus recursos para tentar criar uma situação para comprar a participação daquela empresa francesa que tanto o Governador criticou durante o período eleitoral, aonde faltava com a verdade dizendo que a iniciativa privada tinha comprado o comando acionário da COPEL. E o Governo anterior havia vendido a SANEPAR. Mentira do Governador! Porque esse grupo de empresas privadas é proprietário de 39% do capital social da SANEPAR: o restante é de propriedade do Governo do Estado do Paraná.

E agora, por último, Deputado Valdir Rossoni, Srs. Deputados, Sr. Presidente, vemos aí a COPEL que tentou, inicialmente, comprar a participação da Sanedo, que tem 30% do capital do Dominó com mais os 15% da COPEL, teríamos 45%. E tentando o Governo, numa ação indevida, irregular, superfaturada, tentando fazer com que a sua vontade prevalecesse.

Mas, a verdade veio à tona, e tudo indica que essa irregularidade que o Governo do Estado do Paraná estava armando está indo por água abaixo.

E tivemos publicamente a posição de um porta-voz do Palácio Iguaçu inventando uma nova história para enganar a população do estado do Paraná. Esse é o chavão do Governo, quando se vê acuado inventa um caminho novo para tentar tirar a visão da população do Paraná, tentando dar um novo caminho.

O que aconteceu? Dias atrás o porta-voz do Palácio Iguaçu disse que o Governo do Estado não ia comprar só a participação da Sanedo, que é os 30% no qual somando com a participação da COPEL, o Governo do Estado continuaria com a minoria, sem poder fazer nada dentro do Dominó. Continuaria com 45%. Mas, o porta-voz acabou trazendo uma nova informação dizendo que a COPEL estava negociando com a Daleth que é a representante de vários fundos, comprando a parte dela que é 27% do capital da Dominó, aonde o Governo do Estado ficaria com 72,3% do capital social do Dominó.

Agora, pasmem! Disseram que a COPEL estava comprando a participação da Brasil Telecom, ou melhor, trocando. A COPEL estava dando a participação dela lá na SERCONTEL de Londrina e em troca estava pegando

a participação da Brasil Telecom. Aí a grande revelação: Deputado Valdir Rossoni, fui me informar. Nós temos como sócios dessa Daleth, a Global, que tem 23,1%; temos o Citygrup que tem 24,5%; investidores institucionais são 10 fundos de pensão, tem mais 43,1% da Daleth; o fundo de pensão da Caixa Econômica Federal tem 15,4% dessa empresa chamada Daleth que é sócia da Dominó. Os outros têm 2,9% e nesses outros não está a Brasil Telecom. São sócios, investidores que têm uma pequena participação da Brasil Telecom. Então, o Governador não sabe de tudo isso. Esse porta-voz que colocou-se na defesa da negociação mais uma vez faltou com a verdade no estado do Paraná, porque a Brasil Telecom não é sócia dessa Daleth e com isto posso deixar claro que mais uma vez a falta de verdade tomou conta do nosso estado do Paraná e o ruim de tudo isto é que, primeiro está inviabilizado o negócio do Governo do Estado comprar a empresa Sanedo. Legalmente ele não pode!

Repito: não sei o que é que tem por debaixo desse tapete! Repito: o Governador, com certeza, não sabe daquilo que está acontecendo lá na SANEPAR nessa transação obscura que acontece. O pior é que a COPEL tornou-se um instrumento de briga política para tentar resolver os discursos políticos da época eleitoral do Sr. Governador Jaime Lerner, e hoje, ela tem os piores índices das empresas de energia do Brasil, perdendo, Srs. Deputados, para todas as outras companhias brasileiras, a ponto de a ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica, fazer uma multa para a COPEL de R\$ 30,8 milhões, porque ela não vem cumprindo com as suas obrigações na área energética, fazendo com que os consumidores fiquem sem energia 13,6 vezes, num total médio de 14,4 horas. É o pior índice de todas as empresas de energia do Brasil, perdendo para a ELETROPAULO.

Para vocês terem uma idéia, Deputado Durval Amaral, a ELETROPAULO abastece e fornece energia para 3 vezes mais o número de consumidores do que a COPEL e os índices dela são de 5,5, dá um total médio de 7,5 horas com falta de energia.

A CEMIG, empresa de energia de Minas Gerais também tem índices inferiores...

(Término do tempo)

A verdade é uma: espero que o Governo do Estado do Paraná, através de seus governantes, tenham e coloquem suas mãos na consciência para não fazer da nossa empresa de energia mais uma empresa de energia do Brasil e fazendo com que ela venha a estar na pior colocação das empresas de energia da nossa federação. E pior, pagando multas milionárias pela sua ineficiência. No lugar do Governador, gastar as energias dos profissionais qualificados que a COPEL têm nas brigas políticas que ele inventa periodicamente, ele que use essa massa de pessoas eletizadas que fazem parte do quadro funcional da COPEL para que essa energia, esse conhecimento seja utilizado, sim na geração de energia mais barata possível para a população do estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças - PP, PT, PSDB.
(**Declinam**)

PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, reconheço que não queria usar a tribuna, apenas queria um aparte do Deputado Plauto. Lamentavelmente o Deputado Plauto não quis conceder o aparte. Lamento isto, Deputado Plauto.

Penso e tenho procurado estabelecer sempre com o Deputado Valdir Rossoni, um debate político. Sei que V. Exa. nutre mesmo um profundo ódio pela COPEL. Há de se reconhecer isto. V. Exa., foi um dos capitães do time, que tentou de todas as formas privatizar a empresa. Então, não venha aqui V. Exa. falar em defender a COPEL. Desculpe, Deputado Plauto, com o maior respeito que tenho por V. Exa., não pode ser este o mote de V. Exa., até porque, parafraseando o nosso líder, Waldyr Pugliesi, V. Exa. é, seguramente, a essência do neoliberalismo, ou seja, da privatização, da “privataria” que ocorreu nesse país aqui nos anos dourados para aqueles que se locupletaram do patrimônio do Brasil, nos anos FHC, foi um período de grande prosperidade para alguns espertalhões que ficaram muito ricos.

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: num acordo da Liderança do Governo com a Liderança da Oposição, amanhã às 13h30, na sala da Comissão de Constituição e Justiça, aliás numa Audiência Pública promovida pela CCJ, nós faremos uma Audiência Pública com a presença do Presidente da COPEL, teremos também a presença do Diretor Jurídico da COPEL, ex-Juiz Federal da nossa Justiça brasileira e que poderá esclarecer os pontos de vista aqui divergentes.

Seguramente Deputado Plauto, seus informantes me parecem muito estranhos, V. Exa. tem informantes que nós vamos ter que investigar. V. Exa. foi naquela tribuna ali e de novo hoje ficou lendo a coluna do jornalista Celso Nascimento, colunista que tem pautado a atuação da oposição aqui nessa Casa. Eu respeito o colunista Celso Nascimento pela competência que tem de fazer isso.

Qual foi um dos factóides criados por V. Exa. na semana passada? Os 30% que a Sanedo tem do consórcio Dominó, era de 42 milhões de euros, quando era negociada pelo Sérgio Botto. Muito bem, agora não, agora são 42 milhões 495 mil euros e criou-se uma impressão como se tivesse alguma gravíssima irregularidade, e não há irregularidade alguma, Deputado Rossoni, isso já está esclarecido, V. Exa. é empresário e conhece bem o fluxo de caixa. O que são os 495 mil euros? São justamente os recursos, a parte dos 30% que tem no caixa, que o con-

sórcio Dominó possui, está em caixa esse dinheiro vivo, que é parte da Sanedo, ou seja, ao fazer a aquisição da Sanedo se faz também a aquisição do dinheiro disponível que tem no caixa do consórcio Dominó.

Aí está esclarecida uma das questões que foi suscitada aqui nesta Casa, e tantas outras. A lei que esta Casa votou, Deputado Plauto, V. Exa. votou a lei autorizatória justamente para viabilizar aumento de participação das parcerias que a COPEL já detém. Falar claramente, viabilizar é um verbo em que efetivamente podemos incorporar a estratégia do Governo de negociar, e o que queremos mesmo é retornar, através do controle acionário feito pela COPEL.

Felizmente, a empresa pública, e eu percebi V. Exa. falando com muita mágoa no coração ali, falando de outras empresas, a ELETROPAULO, da coluna do nosso jornalista Celso Nascimento. Amanhã estará aqui o Presidente da COPEL para responder inclusive essa indagação de V. Exa. e certamente desfazer mais essa informação, não verdadeira, publicada.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aqui se trata de fato de esclarecer, louvar a posição do Deputado Valdir Rossoni que aprofundou o tema e esse caso que envolve a Dominó Holding, a Sanedo, essa empresa Daleth, a informação que tenho também é essa que poderia haver uma troca de ações que o Governo possui do SERCOMTEL com a Brasil Telecom. E também, Deputado Plauto, V. Exa. desconhece o mercado acionário do nosso país. Sei que V. Exa. é representante da elite, de uma elite dos campos gerais que ainda é muito patrimonialista. Mas há de se reconhecer que o nosso país tem um capitalismo avançado. E as ações são partes integrantes do sistema negocial, inclusive com trocas de ações, de controle acionário, até porque há uma grande permissividade naquela lei de concessões votada no Governo Fernando Henrique Cardoso, nas privatizações, que permite que oligopólios possam dominar hoje a telefonia móvel no nosso país, de ter controle desse processo todo. Mas seguramente o Governo está tratando de uma questão de relevante interesse público.

Teremos amanhã a presença do Presidente da COPEL, que poderá esclarecer de forma detalhada todos esses pontos, informar aos nossos Deputados, principalmente os da nossa base, que o nosso Governo é um Governo que tem absoluta transparência na conduta dos procedimentos. Tenho que reconhecer, aqui, que lamentavelmente temos pessoas guiadas sabe lá Deus por quê tipo de interesse, que querem impedir a aquisição dessas ações, aqui, da Sanedo.

Concedo aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

No dia de amanhã também serão assinadas as primeiras ações do PAC Paraná. Terá a presença do Ministro Márcio Fortes, o anúncio de R\$ 350 milhões, investimento em muitos municípios, mais de 50 municípios no estado do Paraná, na área de saneamento, que é uma

questão que trata diretamente da área da saúde. É a primeira ação real de investimento do Governo Federal nesta área do PAC. Será amanhã na Escola de Governo, com a presença do Ministro.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço. Certamente Governo que investe como investe o Governo do Presidente Lula, como investe o Governo Requião nas condições de melhoria de vida da nossa população, merecem, é claro, é só ler um pouco os grandes pensadores, é só ler Fulco, que vai se identificar. Dizia Fulco que as políticas públicas serviram única e exclusivamente às elites. Temos que reconhecer que é uma inversão. Desde 2003, tanto no estado do Paraná quanto no Governo brasileiro, há uma inversão de prioridades, a prioridade é a maioria da população. Isso causa, de fato, um profundo e terrível constrangimento para os representantes das elites. Por isso que quero dizer a V. Exas. que acredito muito que o controle social das políticas públicas é fundamental.

Aliás, quero dizer que amanhã, às 19h30, estaremos na livraria Saraiva do Shopping Cristal apresentando um livro que relata a nossa experiência acadêmica com o título “Direito à Moradia à Luz da Gestão Democrática”. É objeto de uma monografia que fiz na minha especialização em gestão técnica do meio urbano pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, para obter o título de especialista.

Queria convidar o Sr. Presidente e os Srs. Deputados, queria que V. Exas. pudessem comparecer na Livraria Saraiva. É um livro editado pela Livraria Juruaia, editora jurídica. Para nós é muito importante termos uma obra publicada por esta editora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Deputado Romanelli, quero inicialmente agradecer os elogios. Mas tem certos momentos que os elogios não me faz bem.

Quero dizer a V. Exa. que recebo os seus elogios pela nossa amizade. Mas da maneira como V. Exa. se posicionou da tribuna, quero discordar frontalmente do seu posicionamento.

Ora! Deputado Romanelli, por que é que a Oposição está aguardando o Presidente da COPEL aqui. Para esclarecimentos. Nós estamos aguardando para uma ação popular pedirmos uma liminar que suspenda esse negócio.

Nós queremos dizer claramento a V. Exa. que em nenhum momento somos contra o negócio. O que causou

espécie aos Parlamentares de Oposição é que a Sanedo encaminhou por obrigação de lei, ou por obrigações contratuais de que na hora que ela quisesse se desfazer das ações, ela teria que encaminhar uma proposta de venda a todo grupo Dominó. O que ela fez? Ela encaminhou, agiu corretamente. Ela encaminhou oferecendo as suas ações por 42 milhões de euros. Encerra-se um capítulo disto.

Segundo capítulo a COPEL adquire, firma um compromisso comprando a participação da Sanedo, comprando por 42 milhões 495 mil. Encerra-se o segundo capítulo. O que é que nós queremos. De quem é esse dinheiro. V. Exa. Deputado Romanelli, existem vários tipos de elite, V. Exa. é elite. Há determinadas maneiras da elite. Parece que a elite são os Deputados de Oposição.

Deputado Marcelo Rangel, quando iniciamos aqui a batalha do tarifaço. Ah! Porque se criou um fantasma! A culpa era da imprensa. Ora! Estão com a síndrome do Celso Nascimento. Sobem à tribuna e só falam que o Celso Nascimento pauta a Oposição. Quem pauta a Oposição são os erros do Governo, todo dia tem uma trapalhada do Governo. Nós poderíamos afirmar aqui todo dia qual será a trapalhada do dia. Disse muito bem o Deputado Plauto, meus parabéns, V. Exa. foi pontual. Quando o Governo erra, ele encontra um caminho para explicar criticando os seus opositores.

Foi o caso do tarifaço. Qual foi o primeiro discurso feito pelo Governador do Palácio e pelos seus, quando ele teve que retirar da pauta aqui o tarifaço - de que nós estávamos defendendo os ricos e ele queria defender os pobres. Vamos colocar em xeque isso. Está aí a nossa emenda da Oposição à disposição dos Parlamentares, inclusive, do Governo propondo a Lei do IPVA, de que as motos até 125 cilindradas sejam isentas. Quer medida mais popular que essa. E queremos dividir com os Deputados do Governo a Proposição dessa emenda. Não queremos ser donos dessa emenda.

Segunda proposta, queremos que os carros populares até 1000 cilindradas sejam isentos. E vamos tirar a prova dos 9 fora. O Governo quer realmente atender à classe popular, o trabalhador, ele vai sancionar e os Deputados do Governo, eu espero, encaminhamento desta emenda pelo Deputado Romanelli, que é de uma parcela da elite da sociedade paranaense. V. Exa. é elite! Esta afirmação, quando V. Exa. afirma que alguém é elite, V. Exa. não está dimensionando o que é elite. Em todos os setores existe a elite.

Então, quero ver o posicionamento de V. Exa. quando fala em nome do Governo, porque cá para nós, para quem conhece o Governador e da forma como ele faz política, só desqualificando seus adversários! Ele poderia ter ido - simplesmente, o dia em que deu a síndrome do pânico no Governo - retirar o tarifaço, ele poderia simplesmente ter dito o seguinte: “olha, me informaram errado; não obedeceram, o Princípio da Anualidade”. Uma série de questões que ele poderia ter justificado. Não! Ele criou mais um fantasma para ele mesmo. Atacou a Oposição e agora a Oposição vem de

encontro ao que ele quer. Vamos atender os menos favorecidos, porque quem tem dinheiro, bastante dinheiro, é elite, é rico, ele não anda de carro popular mil. Quem compra uma moto, Deputado Romanelli, V. Exa. certamente, ao comprar sua moto, nem olhou a fotografia das 125 cilindradas. Quem olhou as 125 cilindradas foi o trabalhador que recebe 1, 2, 3, 4 salários mínimos.

Então, agora se chegou a um tempo, no Paraná, que nós temos que tirar a verdade. Ora, quanto a esta questão do IPVA, teremos a oportunidade. E quanto à questão do Sanedo, quero dizer a V. Exa. que V. Exa. já foi em busca de informações. V. Exa., além de buscar informações, no primeiro momento levou um choque, como nós levamos um choque. Pela primeira vez na história, vamos tocar em miúdos, sermos didáticos, V. Exa. tem um veículo. V. Exa. me oferece este veículo por R\$ 30 mil. E eu, num ato de bondade, digo o seguinte: Deputado Zucchinho, o senhor é meu amigo, um cara simpático, está na Presidência da Assembleia, não quero pagar 30 mil, quero pagar 35 mil.

Vou ter que justificar esta atitude. O Governo tem que justificar esta atitude. Se o dinheiro é de caixa, não há equívoco da Oposição em nenhum momento. O que há, na Oposição, é uma firme disposição de fiscalizar. Não cometemos nenhum equívoco de levantar esta questão, porque no primeiro instante em que começou a surgir esta negociação, já aconteceu o seguinte: rolou uma cabeça. O Botto. Quem era o Botto? O Botto era o homem de confiança do Governador, exercia o mais alto cargo dentro da estrutura do Governo. Rolou por quê? Porque foi fazer proposta para intermediar o negócio. Aí, o que vocês querem que a Oposição pense? Se o próprio Governador demitiu - porque esta história de pedir demissão não existe - ele demitiu ou ficou envergonhado da atitude e combinaram, entre quatro paredes: "Oh, você pede demissão e fica tudo calmo, nós não lembramos mais disso."

Mas, daí vem a segunda trapalhada. E se duvidar, quando amanhã vier o Presidente da COPEL, vai ter a terceira. Não tenha dúvida. Quando um negócio começa mal, termina mal.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

Quero falar sobre a alíquota do IPVA. V. Exa. está sugerindo fazer uma emenda para carros mil e também para motocicletas. Para carros mil nós discutíamos, inclusive foi este o argumento que usamos para que carro mil não subisse a alíquota. Temos a responsabilidade de não subir para carros mil. Não isentar. Não queremos tirar receita do estado. Haverá apenas uma correção normal, que é razoável para quem votar com responsabilidade, nesta Casa. Portanto, o Governo recuou, sim. Mas, temos clareza que à medida em que se propõe isenções, se tira receitas do estado. Vamos assumir publicamente esta postura, Deputado Rossoni. Queremos agir com responsabilidade. Não queremos tirar receita do estado. A crítica que a Oposição faz na República, hoje, e no estado, que

aumenta a estrutura da máquina e a máquina é ineficiente, mas o estado precisa ter receitas. Agora, um imposto que não vai subir e vai apenas corrigir, parece-me que o indicador é o IPCA, não propomos isenções, mas se discutir isenção de alíquota de IPVA, que subamos para quem é rico, que se coloque alíquota de 2 para 3 carros BMWs e assim por diante, e dos carros populares e motocicletas permaneça a alíquota do jeito que está.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concluo dizendo que nunca vi o Deputado Welter, com a competência e qualidade que tem, ser tão vazio em um aparte. Desculpe-me, Deputado Welter, mas V. Exa. não estava convicto do que falou. V. Exa. teria autoridade de vir aqui fazer esse aparte querendo defender os pobres se V. Exa. tivesse assinado aquele painel que foi expulso do plenário, porque achavam aquilo uma infâmia. Aí sim, V. Exa. teria autoridade! A grande verdade é que o PT está de joelhos à frente do Governo Requião, dizendo amém em todos os seus posicionamentos. E o PT que conheci aqui era rebelde, era um PT fiscalizador, era um PT de postura, era um PT firme, era um PT que guerreava aqui dentro por causas populares. Hoje não vejo mais esse mas vejo esse PT submisso às vontades do Governador.

Quero dizer a V. Exa., por maior respeito que tenho por V. Exa., que se o senhor assumir o compromisso aqui, então não vamos isentar os carros populares, mas vamos fixar um alíquota menor e em vez de 4, vamos pôr 2. Vamos sentar às bancadas e dizer o seguinte: tudo bem, queremos atender a classe popular. Então, em vez de isentar, porque estamos indo ao extremo para dar uma resposta à mentira que saiu de dentro do Palácio e que com o dinheiro público usaram a agência do estado para tentar denegrir a imagem dos Deputados de Oposição, quero dizer a V. Exa. que abro mão da emenda e coloco à disposição de V. Exa. para propor qualquer redução de alíquota aos carros populares e às motos, que V. Exa. terá o nosso apoio e o encaminhamento dessa questão.

Gostaria muito de lhe conceder mais um aparte, Deputado Welter, mas fica a proposta: V. Exa. marca dia e hora e vamos propor uma emenda diminuindo a alíquota do IPVA aos carros populares e às motos de 125 cc. E certamente os Deputados da Oposição retiram essa emenda que é resposta ao que o Deputado Plauto disse aqui. O Governo, quando erra, encontra uma justificativa no seu adversário.

Muito obrigado!

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, a minha resposta já foi dada no aparte, que é aumentar a alíquota para carros mais de luxo e dá para diminuir, sim. Essa proposta é possível. Se é possível mexer na alíquota, essa é uma proposta razoável.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ato da Comissão Executiva, assinado nesta Sessão pelo Deputado Antonio Anibelli, Presidente em exercí-

cio; pelo Deputado Alexandre Curi, 1º Secretário; e pela Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária.

“A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o passamento ocorrido no dia de ontem do piloto Rafael Sperafico, durante a prova de stock car realizada no autódromo de Interlagos, em São Paulo, acontecimento que enlutou toda a família paranaense, considerando também que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira desportista do piloto Rafael Sperafico, membro de uma família toda dedicada ao automobilismo nacional e que muito tem feito pelo nome do estado do Paraná, resolve decretar luto oficial de 3 dias como expressão de pesar pelo falecimento do piloto Rafael Sperafico.

Palácio XIX de Dezembro, 10 de dezembro de 2007”.

Com a palavra o Deputado Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP)

Sr. Presidente, apenas para encaminhar um requerimento que estamos apresentando conjuntamente com o Deputado Elton Welter, que também é de Toledo, gostaria de informar que a família Sperafico hoje tem 10 jovens participando do automobilismo. Seria também o Rafael, que infelizmente no dia de ontem houve o acidente e teve uma morte trágica. Então, quero encaminhar um requerimento meu e do Deputado Elton Welter, um voto de pesar à família e à comunidade de Toledo. Sem dúvida nenhuma a comunidade de Toledo está hoje de luto. E cumprimentar e agradecer o ato que aconteceu no dia de hoje, agora, quando o Presidente em exercício assinou um decreto legislativo, juntamente com a 2ª Secretaria e com o 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi. Então, quero agradecer essa posição tomada pela Mesa da Assembléia Legislativa, de preparar um decreto legislativo dando 3 dias de luto.

Então, deixo o meu agradecimento e temos aqui o requerimento, que se a Mesa fizer questão pode até fazer a leitura, porque tem alguns dados interessantes no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado, Deputado Duílio Genari.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passá-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, ofício nº 195/07, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justifi-

cando sua ausência da Sessão plenária do dia de hoje 10 de dezembro de 2007, por estar ausente da capital do estado, em visita às suas bases eleitorais, no noroeste do estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ato da Comissão Executiva, constante do expediente, decretando luto oficial por 03 (três) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do piloto paranaense Rafael Sperafico. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 382/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a troca do muro do Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino, no município de Fazenda Rio Grande. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 383/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de cobertura da quadra esportiva no Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino no município de Fazenda Rio Grande. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 384/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e aos Srs. Secretário de Estado da Segurança Pública, da Administração e da Previdência e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, a instituição de gratificação de localidade especial à policiais civis que prestam serviços em municípios situados na área de fronteira com países limítrofes ao estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 385/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a instituição da Semana Estadual de Prevenção a Doenças Sexualmente Transmissíveis, nas penitenciárias do estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3663, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente, solicitando prorrogação da autorização dada por esta Casa de Leis, no último dia 03 de dezembro, para ausentar-se do país, com destino aos Estados Unidos da América. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3665, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando a

ausência do Deputado Ney Leprevost, no dia 10 de dezembro de 2007, por motivo de viagem. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento n° 3684, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, comunicando a ausência do Deputado Waldyr Pugliesi na Sessão de hoje 10 de dezembro de 2007, por estar sendo agraciado na mesma data, com o título de Cidadão honorário do município de Colorado, estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 566/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a instituição do Calendário Oficial para o Turismo Religioso no estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N° 566/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica instituído o Calendário Oficial para o Turismo Religioso no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A sua administração e gestão ficarão a cargo de Comissão Gestora especificamente criada para este fim.

Art. 2° Todos os municípios paranaenses, que tenham interesse para o turismo religioso, poderão habilitar-se para inclusão no calendário oficial.

Parágrafo Único. Entende-se por município de interesse para o turismo religioso os que:

I - possuam atrativos de natureza religiosa, como:

a) percurso, local de peregrinação e penitência, marco ou monumento histórico;

b) museus, exposições, casa de relíquias sacras;

c) igrejas, capelas, templos, mesquitas e casas de encontros espirituais.

II - possuam calendário de acontecimentos históricos e de eventos religiosos;

III - possuam lideranças, movimentos ou instituições que tenham comprovada atuação religiosa.

Art. 3° A implantação da Comissão Gestora do Turismo Religioso no Estado do Paraná deve observar os preceitos de adequação da atividade ambientalmente sustentável, como:

I - capacitação de recursos humanos:

a) curso de formação em educação ambiental;

b) formação profissionalizante para atendimento na região em todas as frentes de trabalho surgidas através da atividade turística;

c) conscientização da população quanto à hospitalidade ao visitante.

II - prevenção da degradação do equilíbrio sócio-ambiental;

III - tratamento e destinação ambientalmente de resíduos antrópicos;

IV - recuperação das áreas degradadas, em virtude da continuidade da visitação e da falta de estratégia anterior.

Art. 4° A Comissão Gestora do Turismo Religioso no Estado do Paraná deverá ser composta por:

I - paritária de membros indicados pelas entidades, lideranças ou movimentos religiosos do estado;

II - de membros dos órgãos governamentais afetos à matéria, através de indicação do Poder Executivo.

§ 1° Por exercerem função considerada de relevante interesse público, os membros da Comissão Gestora do Turismo Religioso no Estado do Paraná não receberão remuneração.

§ 2° Estes elementos farão indicação de órgãos e entidades de caráter amplo que contribuirão para o desenvolvimento do turismo religioso no estado.

Art. 5° O estado deverá criar programas específicos através de seus órgãos competentes, que incentivem a implantação da Comissão Gestora do Turismo Religioso no Estado do Paraná.

Art. 6° Poderão ser concedidos incentivos fiscais e financeiros às ações que promovam o desenvolvimento do turismo religioso nos municípios do estado.

Parágrafo Único. Os instrumentos, de que trata este artigo, serão concedidos sob a forma de créditos especiais, deduções, isenções total ou parcial de impostos, tarifas diferenciadas, prêmios, empréstimos e demais modalidades, especificamente estabelecidas.

Art. 7° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.12.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 694/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que fica instituído no âmbito do estado do Paraná o dia do alfabetizador a ser comemorado anualmente no dia 19 de setembro. **Aprovado. (Publ. no DA n° 114/07, de 19/09/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 746/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que denomina Guilherme Blick o Anfiteatro do Colégio Estadual Humberto de Campos, localizado em Santo Antonio do Sudoeste. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/07, de 22/10/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 646/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/07, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na lei de efetivo em vigência, acrescido em 95 policiais militares, os quais serão distribuídos por postos de graduação, conforme específica e adota outras providências. (Criação da Companhia Independente Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/07, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na lei de efetivo em vigência, acrescido em 200 policiais militares, os quais serão distribuídos por postos de graduação, conforme específica e adota outras providências. (Criação do Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a isentar os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da contrapartida em convênios de profundo interesse social e/ou caráter estimulante ao desenvolvimento humano firmados com o Poder Executivo estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CDDMCA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que dispõe sobre a divulgação de publicidade oficial através de jornais alternativos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 633/07

O artigo 4º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Os jornais alternativos interessados em veicular publicidade oficial do estado, deverão ter credenciamento junto ao órgão estadual competente de no mínimo um (01) ano, de cadastro específico para esse fim, e de dois (02) anos de circulação ininterrupta”.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) MARCELO RANGEL

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Antonio Belinati, Ademar Traiano, Antonio Anibelli, Luiz Carlos Martins e Edgar Bueno.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação da emenda.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 743/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a reserva de 2% sobre o percentual da oferta de moradia para pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, assegurando o direito de preferência de escolha no Programa Casa da Família, no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 743/07

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a destinar 5% (cinco por cento) do total de oferta de moradia do Programa Casa da Família, para pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, assegurando o direito preferencial de escolha”.

Sala das Sessões, em 10.12.07.

(a) MARCELO RANGEL

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Antonio Belinati, Antônio Anibelli, Artagão Júnior e uma ilegível.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação da emenda.

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 716/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que dispõe sobre o parcelamento dos débitos não-tributários, perante o Tribunal de Contas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 125/07, de 04/10/07 em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 716/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, objetiva conceder a possibilidade de parcelamento das dívidas não-tributárias apontadas pelo Tribunal de Contas, beneficiando assim os municípios que não têm condições de quitá-las em um único pagamento.

Constitucionalidade e Legalidade

O nosso sistema constitucional ciente da necessidade de uma fiscalização contábil, financeira e orçamentária imparcial e eficiente elaborou um sistema de controle externo, a ser exercido pela Assembléia Legislativa com auxílio dos Tribunais de Contas:

Art. 75. O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete (...)

Nesse sentido, o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo, mas não está a ele subordinado, pois goza de autonomia funcional, administrativa e financeira, conforme dispõe a lei orgânica (Lei Complementar nº 113 de 2005) que o regulamenta:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente (...)

Dentro, portanto da sua competência administrativa, o Tribunal de Contas do estado, por meio de sua lei orgânica, estabelece que a restituição de valores indevidamente recolhidos pelos agentes públicos deverá ocorrer no prazo de 30 dias, ressalvando, porém, que lei estadual específica pode estabelecer formas de parcelamento da dívida imputada:

Art. 92. Após o trânsito em julgado da decisão que fixar a restituição de valores, os responsáveis terão prazo de 30 (trinta) dias para efetuar recolhimento, devidamente atualizado, em favor da entidade credora identificada.

§ 1º Decorridos 30 (trinta) dias, após o decurso do prazo do caput deste artigo, sem que tenha havido a restituição dos valores ou comprovação de parcelamento, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Procuradoria do ente federativo credor, para fins de inscrição em dívida ativa e/ou cobrança executiva judicial.

§ 2º O parcelamento dos valores a serem restituídos ao erário somente será possível nos termos da legislação específica de cada ente federativo, quando for o caso, devendo ser formalizado expediente administrativo próprio. (grifo nosso)

Destarte, em consonância com a legislação supracitada, o presente projeto objetiva justamente regulamentar a forma de parcelamento dos valores a serem restituídos ao erário, de forma a facilitar sua quitação pelos municípios.

A legitimidade da proposta em exame demonstra-se, pois, aferida, vez que a lei orgânica expressamente prevê a regulamentação das formas de parcelamento por meio de lei estadual específica.

Ainda, no que concerne a técnica legislativa empregada, observa-se, de igual modo, que a redação utilizada na proposta legislativa em apreço, está em plena conformidade com a Lei Complementar nº 095/98.

Finalmente, observa-se que foram propostas pelo autor do projeto, Deputado Waldyr Pugliesi, duas emendas, uma aditiva e outra modificativa, a fim de aprimorar o texto do projeto de lei em análise. Acerca destas, igualmente, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou qualquer óbice legal que impeça sua aprovação.

Conclusão

Tendo em vista a plena conformidade do projeto de lei em análise com os ditames legais e constitucionais a ele concernentes, bem como diante da perfeita técnica legislativa aplicada, esta Comissão de Constituição e Justiça, opina, pela aprovação do projeto de lei em análise, na forma das emendas aditiva e modificativa apresentadas pelo autor.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 716/07

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento dessa Casa, apresento a emenda aditiva ao presente projeto a fim de acrescentar o parágrafo 5º ao artigo 1º, que contará com a seguinte redação:

“Art. 1º. (...)”

§ 5º A atualização monetária e juros, serão aplicados às parcelas vincendas ou vencidas de acordo com os índices oficiais praticados nos créditos tributários estaduais.”

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi.

Sobre o referido projeto, parecer da Diretoria Legislativa, nos seguintes termos:

**ANEXAÇÃO DOS
PROJETOS DE LEI NºS 272/07 e 716/07**

P A R E C E R :

Apresentação

O Projeto de Lei nº 272/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, trata de parcelamento do pagamento de créditos líquidos e certos inerentes à Secretaria de Estado da Fazenda e aos demais órgãos da Administração Pública Estadual. Créditos tributários.

O Projeto de Lei nº 716/07, da autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, dispõe sobre o parcelamento oriundo de créditos de que trata a Lei Complementar nº 113/05, em especial o artigo 92 e seus parágrafos. Débitos não tributários.

Fundamentação

É de fácil conclusão que ambos tratam de matéria semelhante, ou seja, parcelamento de créditos cabíveis ao erário público.

A diferença entre eles é que o Projeto de Lei nº 272/07 é de cunho geral, ou seja, trata de créditos líquidos e certos. Ele não os tipifica, apenas exemplifica alguns créditos que podem ser alcançados pela futura lei, deixando a lista em aberto, conforme o disposto no artigo 1º da proposição:

“Art. 1º O Secretário de Estado da Fazenda, mediante requerimento fundamentado nos termos da presente lei e de seu decreto regulamentador, parcelará o pagamento de créditos líquidos e certos, tais como os oriundos de créditos tributários lançados e não recolhidos, de multas, de juros de mora, de indenizações, de restituições e demais penalidades fungíveis.”

Já o Projeto de Lei nº 716/07 é de âmbito fechado, quanto à natureza do crédito a ser parcelado. Ele trata apenas dos créditos originários dispostos na Lei Complementar nº 113/05. Esta lei complementar é a conhecida Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Eis o texto do artigo 1º do projeto:

“Art. 1º Os créditos decorrentes de débitos imputados e inscritos, em dívida ativa estadual, na forma da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, que constituírem crédito do Tesouro Estadual, poderão ser pagas em até 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme o disposto nesta lei.”

Conclusão

Assim, salvo melhor juízo, entendo não ser possível anexar-se ambos os projetos pelo motivo acima exposto. Sugerimos, também, por se tratar de regulamentação a uma lei complementar, o Projeto de Lei nº 716/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, seja transformado em projeto de lei complementar.

Curitiba, 30 de novembro de 2007.

(aa) SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo
IDÍLIA DÉBORA GINESTE
Advogada - OAB/PR 13059

O projeto será encaminhado à Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 812/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que institui, no estado do Paraná, o Dia da Agricultura Familiar, a ser comemorado anualmente no dia 24 de julho, passando a integrar o calendário oficial do estado. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 149/07, de 19/11/07, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 812/07**

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Elton Welter propõe que seja instituído o dia 24 de julho como o Dia Estadual de Agricultura Familiar, que passará a integrar o calendário oficial do estado do Paraná.

O projeto, de caráter altamente meritório, não fere o artigo 66 da Constituição Estadual, que normatiza a competência entre os Poderes, autorizando portanto, que a iniciativa parta do Parlamento Estadual. No que se refere à técnica legislativa, o projeto em tela está em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 095/98, sobre a elaboração legislativa.

Considerando portanto, a plena adequação da proposição aos ditames constitucionais, legais e regimentais, esta Comissão de Constituição e Justiça emite parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 034/07, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o ressarcimento, das despesas dos Srs. Deputados, mês de novembro de 2007. Resolução nº 003/04. **PARECER FAVORÁVEL DA CTC.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

R E S O L V E :

Art. 1º. Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de novembro de 2007, conforme Resolução nº 003/04 de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.07.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Dobrandino da Silva, Plauto Miró, Francisco Bühner e Edson Strapasson.

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 125/07

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 125/07, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de novembro de 2007, conforme Resolução nº 003/04 de 15 de março de 2004.

Examinados os documentos entregues, conclui este Relator, que as despesas constantes da Proposição nº 125/07, encontram-se exatas, dentro da legislação em vigor e da regulamentação que as rege, decidindo pelo parecer favorável.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 04.12.07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

RIBAS CARLI FILHO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 716/07

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento dessa Casa, apresento a emenda modificativa ao parágrafo 2º do artigo 1º do presente projeto, que passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 2º O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito, tendo a concessão resultante caráter decisório.”

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoioamento:

Waldyr Pugliesi.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 716/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 716/07, em análise, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, dispõe sobre o parcelamento dos débitos não tributários, perante o Tribunal de Contas do Estado.

Na Comissão de Constituição e Justiça, a Proposição recebeu parecer favorável, na forma de emendas apresentadas pelo autor.

Esta comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que a medida visa proporcionar oportunidades aos devedores de quitarem seus débitos através de parcelamento, beneficiando principalmente municípios que encontram-se impossibilitados de satisfazer os débitos em pagamento único.

O autor apresenta nesta comissão emenda modificativa alterando a redação do artigo 1º, a qual é recebida e tem nosso acolhimento.

Diante do exposto, nesta comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, na forma da emenda acatada, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 716/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessário a seguinte emenda modificativa, passando o artigo 1º a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os créditos decorrentes de débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual, na forma da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, que constituírem crédito do Tesouro Estadual, poderão ser pagos em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivos, conforme disposto nesta lei.”

Sala das Comissões, em 14.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Apoioamento:

Waldyr Pugliesi.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3644 a 3651, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, queria anunciar, com grande prazer, a presença do nosso Prefeito de Imbaú, Laurir de Oliveira, e o Secretário de Urbanismo daquele município, nosso companheiro e amigo Alcino Mendes Batista, que está presente entre nós.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado. Nos associamos a V. Exa., agradecendo a presença de ilustres visitantes na nossa Sessão.

Requerimentos nºs 3655 a 3657, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3659 a 3660, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3661, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, o Natal está chegando. Estamos na reta final para encerrar o ano legislativo, mas ainda há um atendimento que não pode ser esquecido, tem que ser atendido, na minha ótica, nesta semana, que é a aumento salarial dos servidores da Assembléia Legislativa. Caso contrário, daqui a pouco, isto aqui fecha, entra em recesso, e vão “ficar chupando dedo” os funcionários da Assembléia Legislativa.

Não sou funcionário da Casa, mas foi anunciado esse compromisso, se criou essa expectativa e dizer que os servidores e servidoras desta Casa estão apostando tudo, estão com todas as esperanças em todos os membros da Comissão Executiva, para que esse aumento seja um aumento substancial. Não adianta uma “banana”, porque não vai resolver nada.

Sr. Presidente, é uma lembrança que estou fazendo. Nenhum funcionário me pediu isso. Mas a expectativa é grande para um aumento concedido nesta semana e que seja substancial, considerando que faz muito tempo que o funcionalismo desta Casa não é premiado com um justo aumento salarial.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Apenas para informar que o Justus, esta pessoa que espalha a justiça, anunciará um aumento ao funcionalismo da Casa, no seu retorno. Só para dizer ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos aguardar o retorno do nosso Presidente Nelson Justus.

Requerimento nº 3664, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3666, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente.

Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Gostaria de aproveitar o momento, da atenção dos nobres Pares, para comunicar que a reunião da Comissão de Fiscalização, que tratará da questão do pedágio, dando continuidade ao trabalho que foi desenvolvido pela nossa Comissão Especial, será amanhã, terça-feira, às 10h30.

Sendo, portanto, antecipada a reunião que aconteceria na quarta-feira, para o dia de amanhã, na sala das comissões. Convidamos a todos os Deputados para estarem presentes. A participação, amanhã, será do Secretário dos Transportes, Dr. Rogério Tizzot.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Salientar aos Deputados da capital e aos que atendem a região metropolitana e que não têm ido para o interior do estado, que todas as concessionárias de pedágio já aumentaram o seu pedágio, em todos os pontos. Ainda, conflitando com a Assembléia, dizer que aquela ação que o Romanelli e o Anibelli deveriam ter enfrentado, que ainda é pouco para a Assembléia. Por isso, acho que a discussão vai ser agravada cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimentos nºs 3667 a 3668, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3672 a 3679, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

O Deputado Cleiton fez uma questão de ordem, aqui. Queria aproveitar essa oportunidade, porque percebo que há muitas pessoas formadoras de opinião, que ocupam altos cargos, que podem levar esta denominação de elite, que têm um cartão permanente, que os isenta do pagamento da tarifa de pedágio no nosso estado. Muita gente anda com esse cartão. O Deputado Jocelito, a mim parece, fez um pedido de informação para obter essa lista, que tenho a convicção ser muito interessante. Os que lamentavelmente, como eu, têm interdito proibitório, têm que tomar muito cuidado para chegar na praça de pedágio, com o dinheirinho contado, porque certamente se eu brigar por causa do troco ou alguma coisa assim, provavelmente vou ser preso pelo pessoal da segurança da concessionária, por conta daquelas decisões judiciais, que respeitamos, mas divergimos delas.

Penso que foram muito ruins as decisões que tivemos no nosso estado. Certamente, esta Casa saberá tomar as medidas que espero, para poder fazer prevalecer o princípio constitucional da imunidade parlamentar, da inviolabilidade dos mandatos, que seria necessário termos a relação da elite, que possui os permanentes, que os isentam do pagamento do pedágio. Isso seria muito necessário que tivéssemos, para descobrir quem não está pagando pedágio neste estado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Amanhã é o dia exato para que o Deputado Romanelli, no momento em que o Secretário dos Transportes aqui estiver, vá buscar essa informação.

Faz parte do Governo, é aliado e lá na reunião da Comissão de Fiscalização ele vai ter a oportunidade para saber esses que chamam de elite e que não pagam o pedágio nas rodovias do Paraná. Até dias atrás, sabíamos que a própria Assembléia, quando lá no passado tinha os carros públicos, os Parlamentares faziam parte da elite porque não pagavam pedágios. No dia de hoje não tem mais carro na Assembléia Legislativa e tudo isso não existe. Então, quero saber quem são esses que não pagam. Parece-me que os carros do Governo do Estado não pagam.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há questão de ordem e faço um apelo aos Srs. Deputados: já esgotamos o tempo da discussão.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Apenas para fazer uma sugestão, Sr. Presidente. Temos a Bíblia ali na Mesa, quero fazer uma sugestão para que tenhamos ali também o dicionário do professor Aurélio. Afinal, o que é elite? Gostaria que todos pegassem o Aurélio e procurassem o que é. Fala-se muito em elite e a elite sente-se discriminada.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Sr. Presidente, gostaria de constar que o Deputado Romanelli fez a defesa do Governo, mas que as concessionárias de pedágio vêm insistentemente mantendo a mesma posição, os preços constantemente subindo e é o cidadão paranaense que continua sendo lesado. Mas, o Governo precisa mudar a sua postura, porque vem perdendo nessa discussão constantemente. Ou o Governo muda a sua posição e que possamos resolver o problema do pedágio, ou os preços continuarão a ser reajustados constantemente e o cidadão paranaense continuará pagando a conta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, me senti citado indiretamente pelo Deputado Romanelli. Quero dizer duas coisas: primeiro, elite todos nós somos, cada um representando um setor da sociedade. Segundo, seria importante que o Deputado Romanelli, que está sofrendo da mesma síndrome do Governador, que ele declinasse o nome dos senhores da elite que têm o cartão para passar no pedágio. Isso seria importante, em nome da verdade. O que não podemos mais é atacar as pessoas e não esclarecer.

Encareço ao Deputado Romanelli a que encaminhe à Mesa ou traga amanhã na tribuna, quem são essas pessoas que têm esse cartão que passam nos pedágios gratuitamente para que esta Casa tome medidas contra esse tipo de atitude. Não é possível que ele venha num momento na tribuna, classifique alguns Deputados de elite, e num outro momento fala da elite e diz que tem cartão. Fica tudo sem esclarecimento.

Deputado Romanelli, V. Exa. certamente falou com conhecimento. Traga a lista para fazermos um painel.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há questão de ordem, vamos aos requerimentos. Todos tiveram seu espaço, pela ordem.

Requerimento nº 3680, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3681, de autoria dos Deputados Duílio Genari e Elton Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3683, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3685, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Ribas Carli Filho e Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

É que o nobre Deputado Luiz Carlos Martins estava com dificuldade para achar um dicionário para traduzir o que é elite. Já achei aqui um dicionário, elite, é que tem uma palavrinha, é tropa de elite do Governador Requião, Exa., está esclarecido. Só a dificuldade de entender o que é elite.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 624 e 748/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 812/07; e do Projeto de Resolução nº 034/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 254, 350, 629, 652, 676, 686 e 695/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Ato

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2234/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO - o infausto passamento, ocorrido no dia de ontem, do piloto Rafael Sperafico, durante a prova de Stock Car, realizada no Autódromo de Interlagos, em São Paulo, acontecimento que enlutou toda a família paranaense,

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de esportista, do piloto Rafael Sperafigo, membro de uma família toda dedicada ao automobilismo nacional e que muito tem feito pelo nome do estado do Paraná,

R E S O L V E :

decretar luto oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do piloto Rafael Sperafigo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.12.07.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 0274/07 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006,

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESAS			
Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1600	2000	100	1.000.000,00
3390 0800	2000	100	700.000,00
3390 3500	2000	100	133.670,00
3390 3600	2000	100	10.800,00
3390 3900	2000	100	2.585.770,00
3390 9200	2000	100	569.760,00
			5.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA			
Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1100	2000	100	5.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissão

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e sete, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua décima reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da comissão abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 125/07 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de novembro de 2007. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Ribas Carli Filho, Relator da Proposição nº 125/07, que trata da prestação de contas da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de novembro de 2007, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004. Após análise da matéria, o Sr. Relator chegou a conclusão que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, dada a sua exatidão, entendendo pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por unanimidade pelos Srs. Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes e por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor

Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 083/07 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 101/07 de autoria dos Deputados Nelson Justus e Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 138/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Carlos Simões SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 198/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 220/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. O Sr. Deputado Carlos Simões SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 196/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. O Deputado Caíto Quintana solicita a retirada de pauta deste projeto de lei, para que seja anexado a outro, de sua autoria - DEFERIDO pelo Presidente. O Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 311/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 311/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura à Emenda nº 3 de Plenário e CONTRÁRIO às Emendas nº 1 e 2 - APROVADO. O Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 318/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 08) Projeto de Lei Complementar nº 318/07 de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 227/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 230/07 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, na forma de emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 240/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. O Sr. Deputado Carlos Simões SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 242/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Os Srs. Deputado Caíto Quintana e Luiz Claudio Romanelli SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 244/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Fazenda e ao DETRAN - DEFERIDO pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 248/07 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 278/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 299/07 de autoria do Deputado Elio Rusch.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 131/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior à emenda de Plenário nº 01 e CONTRÁRIO à emenda nº 2 - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 218/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão às emendas de Plenário - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 241/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 20) Projeto de Resolução nº 010/07 de autoria do Deputado Mamede. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 305/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 313/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 331/07 de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 335/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 342/07 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Duílio Genari, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Pastor Edson Praczyk, Professor Luizão e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 138/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - REJEITADO por 6x2 votos. Os Deputados Francisco Bühner, Artagão Júnior, Luiz Claudio Romanelli, Carlos Simões, Luiz Carlos Martins e Valdir Rossoni votaram contra o parecer do Relator; 02) Projeto de Lei nº 195/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão

Júnior - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 223/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, acolhendo emenda oferecida pelo Deputado Professor Luizão - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 221/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 236/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 242/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Praczyk - REJEITADO por 5x3 votos. Os Deputados Artagão Júnior, Carlos Simões, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes e Professor Luizão votaram contra o parecer do Relator; 07) Projeto de Lei nº 249/07 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 279/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 283/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 286/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 290/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove do mês de maio do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Professor Luizão, Reni Pereira e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 085/07 de autoria dos Deputados Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Péricles de Mello e Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 007/07 de autoria do Depu-

tado Osmar Bertoldi e Projeto de Lei nº 042/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes, ambos anexos. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO. O Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 190/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 190/07 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Valdir Rossoni à emenda de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 116/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado dos Transportes - DEFERIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 140/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado dos Transportes - DEFERIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 191/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 207/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 216/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson. O Sr. Deputado Mauro Moraes SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 225/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 234/07 de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Reni Pereira. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 237/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 247/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 250/07 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 256/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 293/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 294/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Professor Luizão, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 298/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 307/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 309/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado Artagão Júnior, Relator, requer a conversão da matéria em diligência junto à autora - DEFERIDO pelo Presidente; 20) Projeto de Lei nº 310/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO;

21) Projeto de Lei nº 314/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO. O Deputado Carlos Simões solicita relatar o Projeto de Lei nº 343/07, por tratar-se de matéria semelhante. O Sr. Presidente coloca em votação a solicitação - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 343/07 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. O Sr. Deputado Carlos Simões, Relator, requer a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - DEFERIDO pelo Presidente; 23) Projeto de Lei nº 316/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. O Sr. Deputado Professor Luizão SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. O Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 370/07 e 371/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 370/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 371/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 356/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 362/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 365/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 369/07 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 372/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 379/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 198/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu

Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Alexandre Curi, Augustinho Zucchi, Edson Strapasson, Ribas Carli Filho e Plauto Miró. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 057/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. O Sr. Deputado Nereu Moura, Relator, requer a CONVERSÃO da matéria em DILIGÊNCIA junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - DEFERIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 154/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 206/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 216/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 220/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 240/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 265/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 161268/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 282/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 287/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 300/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 319/07 de autoria do Deputado Felipe Lucas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 321/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 324/07 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma da emenda supressiva anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 325/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 329/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. O Sr. Deputado Professor Luizão, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria do Meio Ambiente - DEFERIDO pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 330/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 18) Projeto de Resolução nº 009/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. O Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 404/07 - O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº

404/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; O Deputado Valdir Rossoni apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 358/07 - O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 358/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 280/07 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 291/07 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 333/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 337/07 de autoria do Deputado Elio Rusch - DEFERIDO pelo Presidente; 25) Projeto de Lei nº 339/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 340/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 341/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 344/07 de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Cida Borghetti. O Sr. Deputado Carlos Simões, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 29) Projeto de Lei nº 346/07 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 359/07 de autoria dos Deputados Reni Pereira e Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 360/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 361/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 374/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de

Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 292/07 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 194/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 273/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 198/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 274/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 316/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 363/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 258/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 364/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 374/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 377/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel - O Sr. Deputado Professor Luizão SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. 12) Projeto de Lei nº 383/07 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 384/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 385/07 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 386/07 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 388/07 de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 389/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 18) Projeto de Lei nº 393/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. O Sr. Presidente coloca em vota-

ção o requerimento - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 406/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma das emendas anexas - APROVADO. O Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 397/07. O Sr. Presidente coloca em votação o REQUERIMENTO - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 397/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Os Deputados Reni Pereira, Douglas Fabrício, Luiz Claudio Romanelli e Augustinho Zucchi solicitam uma Audiência Pública desta Comissão para debater esta matéria. O Sr. Presidente coloca em votação - APROVADO. O Sr. Presidente informa o dia 19 de junho, às 10h00 para a realização da Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühler, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi, Chico Noroeste e Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 138/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 242/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luizão na forma da emenda anexa, lido pelo Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 302/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 377/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 389/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 393/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Artagão Júnior - REJEITADO por unanimidade. O Sr. Presidente designará novo Relator; 07) Projeto de Lei nº 396/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins -

APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 106/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler à emenda de Plenário - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 401/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 402/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela devolução da matéria ao autor - DEFERIDO; 11) Projeto de Lei nº 405/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma de emenda substitutiva geral anexa - APROVADO; 12) Proposição de Veto nº 049/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 021/07 de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 13) Proposição de Veto nº 050/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 120/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 14) Proposição de Veto nº 052/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 047/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 15) Proposição de Veto nº 054/07 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 331/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 351/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 415/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 428/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 19) Proposição de Veto nº 055/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 121/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 152/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 163/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 172/07 de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 380/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 387/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 391/07 de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 395/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 410/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 413/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 422/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 426/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 427/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 437/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 419/07 de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 429/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Deputado Artagão Júnior, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Cultura - DEFERIDO pelo Presidente; 35) Projeto de Lei nº 178/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 334/07 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi, Edgar Bueno e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 336/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 348/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 352/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do

Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 357/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 390/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 403/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Professor Luizão, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Saúde - DEFERIDO pelo Presidente; 07) Proposição de Veto nº 047/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 086/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 08) Proposição de Veto nº 051/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 070/07 de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 09) Proposição de Veto nº 053/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 069/07 de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento de Plenário do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 407/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 409/07 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. O Sr. Deputado Valdir Rossoni, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto às Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento - DEFERIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 412/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 420/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 150/07 de autoria do Tribunal de Contas. o Sr. Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 406/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Neste momento o Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana; 16) Projeto de Lei nº 434/07 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. Neste momento O Sr. Deputado Caíto Quintana passa a presidência ao Sr. Deputado Durval Amaral. 17) Projeto de Lei nº 436/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 447/07 de autoria do Deputado Pedro Ivo - Altera dispositivos da Lei nº 10671/93 - Taxa Ambiental. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 19) Projeto de Lei nº 312/07 de autoria do Deputado Felipe Lucas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 381/07 de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APRO-

VADO; 21) Projeto de Lei nº 445/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 323/07 de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 368/07 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 408/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 25) Projeto de Resolução nº 013/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 411/07 de autoria do Deputado Elio Rusch - Altera dispositivos da Lei nº 13213 - Precatório. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 27) Projeto de Lei nº 421/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 281/07 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Os Srs. Deputados Caíto Quintana e Mauro Moraes SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 29) Projeto de Lei nº 143/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 754/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 758/07 de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 796/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 797/07 de autoria do

Deputado Mauro Moraes - O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 803/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 805/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 811/07 de autoria do Poder Executivo SOLICITA cópia da presente matéria a todos os Deputados; 08) Projeto de Lei nº 737/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Stephanes Júnior, Valdir Rossoni e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 811/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 811/07 de autoria do Poder Executivo. O Deputado Nereu Moura apresenta parecer FAVORÁVEL na forma de emenda anexa. O Deputado Reni Pereira apresenta voto em separado. O Deputado Valdir Rossoni apresenta requerimento solicitando votação nominal. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento. Os Deputados Duílio Genari, Jocelito Canto, Reni Pereira, Douglas Fabrício, Valdir Rossoni e Luiz Carlos Martins votam favoravelmente. Os Deputados Artagão Júnior, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura e Professor Luizão votam contrariamente. O Sr. Presidente desempata pela votação nominal - Aprovado. O Sr. Presidente coloca em votação o parecer favorável do Deputado Nereu Moura, na forma da emenda anexa. APROVADO por 7x5 votos, com voto contrário dos Deputados Duílio Genari, Reni Pereira, Douglas

Fabício, Valdir Rossoni e Luiz Carlos Martins; 02) Projeto de Lei nº 674/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabício, na forma de emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 752/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 107/05. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 757/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 764/07 de autoria do Deputado Douglas Fabício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 769/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabício - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 796/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Publicações Administrativas:

Balancete Financeiro Novembro/07

OFÍCIO Nº 21/2007

Curitiba, 04 de dezembro de 2007.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de NOVEMBRO/2007, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Novembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/11/2007
MÊS: Novembro	Exercício: 2007	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	21.300.000,00	210.400.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	21.300.000,00	210.400.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.200.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.200.000,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	21.300.000,00	211.600.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	550.915,03	4.712.252,36
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	550.915,03	2.708.756,24
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	2.003.496,12
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	550.915,03	4.712.252,36
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	8.577.510,75	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	8.577.510,75	8.388.432,08
TOTAL	30.428.425,78	224.700.684,44

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Novembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 30/11/2007
MÊS: Novembro	Exercício: 2007	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	22.357.873,21	211.138.286,93
Pessoal e Encargos Sociais	19.463.455,91	181.340.188,79
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.894.417,30	29.798.098,14
DESPESAS DE CAPITAL	793,50	968.839,00
Investimentos	793,50	968.839,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	22.358.666,71	212.107.125,93
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	495,50	2.871.134,18
Pagamentos	495,50	867.638,06
Cancelamentos	0,00	2.003.496,12
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	437.022,57	2.090.183,33
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	437.022,57	2.090.183,33
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	437.518,07	4.961.317,51
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	7.632.241,00	7.632.241,00
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	7.632.241,00	7.632.241,00
TOTAL	30.428.425,78	224.700.684,44

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

